

A CABEÇA QUE NÃO PERTENCE AO TRABALHADOR: ABSTRAÇÃO REAL, INFRAESTRUTURA DIGITAL E SOFRIMENTO NO CAPITAL DIGITAL

Otávio Alvarenga Vanzo¹

¹Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Londrina, Brasil (otalvanzo03@gmail.com)

Resumo: A presente pesquisa analisa como a lógica do capital digital converte a estrutura algorítmica em sofrimento para o trabalhador. Pela categoria de abstração real, sustenta-se que a função sociossintética se deslocou da troca mercantil para a infraestrutura digital, radicalizando a divisão entre trabalho intelectual e manual: o algoritmo opera como trabalho intelectual coletivo apropriado pelo capital. Discutem-se os mecanismos ideológicos e semióticos que convertem essa dominação em falha individual.

Palavras-chave: capital digital; abstração real; sofrimento ético-político; subjetividade; trabalho digital

INTRODUÇÃO

No terceiro trimestre de 2024, 1,7 milhão de pessoas trabalhavam no Brasil mediadas diretamente por plataformas digitais, um crescimento de 25,4% em relação a 2022 (IBGE, 2024). Esses trabalhadores apresentam jornada semanal média superior à dos não plataformizados e níveis de informalidade muito acima da média do setor privado. Os dados expõem uma contradição que excede o trabalho de plataforma: trabalha-se mais, ganha-se menos e adocece-se em proporções inéditas dentro de formas de trabalho promovidas como via de liberdade e de autonomia (Antunes, 2023). O trabalho plataformizado é a manifestação mais visível de uma reorganização que abrange o conjunto do metabolismo social capitalista (Mészáros, 2011), mas não é a única. O relatório Digital 2025: Brazil situa o país em segundo lugar global de uso digital, com nove horas e nove minutos diários de internet (Kemp, 2025). A mesma infraestrutura que organiza o trabalho orquestra também o consumo, a sociabilidade e a formação, o que coloniza a subjetividade antes que o sujeito disponha de qualquer distanciamento crítico em relação a ela.

Essa imersão hiperconectada, longe de se reduzir a um mero hábito de consumo ou a um desvio cultural individual, constitui a materialização fenomênica de como uma lógica abstrata profunda captura e organiza o metabolismo social cotidiano. Daí decorre a necessidade de refinar as categorias com as quais apreendemos essa dinâmica, o que exige ir além de sua catalogação histórica superficial.

Cabe, de início, uma distinção conceitual entre capitalismo digital e capital digital. O primeiro, sistematizado por Schiller (1999) e desenvolvido por Fuchs (2021), nomeia a fase histórica na qual as tecnologias digitais se tornam centrais à acumulação, derivada do declínio da lucratividade da manufatura desde os anos 1970. O segundo é proposto aqui em paralelo à distinção que Marx (2014) estabelece no

Livro II de O capital entre a fase histórica do capitalismo industrial e o capital industrial enquanto forma de organização do ciclo de valorização: capital digital nomeia a lógica específica que reorganiza simultaneamente trabalho, troca e subjetividade no período contemporâneo. A distinção importa porque desloca a pergunta. Não se trata apenas de datar uma fase da acumulação, e sim de apreender a forma pela qual essa lógica se realiza nos atos cotidianos e neles produz efeitos subjetivos determinados.

A problemática que orienta este trabalho localiza-se precisamente nesse ponto. Existe um hiato entre a estrutura objetiva da digitalização do trabalho, já bem documentada, e a forma subjetiva pela qual ela é experienciada. A literatura estrutural delimita com rigor a morfologia do fenômeno: a extração de renda pelas plataformas, a degradação dos vínculos, a extensão das jornadas, a transferência de custos e riscos ao trabalhador (Srnicek, 2016; Antunes, 2023; Fuchs, 2021). O que essa literatura não responde é o impasse propriamente psicológico: como uma estrutura econômica objetiva se apodera da subjetividade de quem trabalha? Por quais mediações a arquitetura algorítmica se converte em modos de sentir, de desejar e de adoecer? E por que o sofrimento resultante permanece, para o próprio trabalhador, de difícil nomeação, vivido como insuficiência pessoal e não como efeito de uma relação social? O problema tem, portanto, dupla face: uma face estrutural, que exige a crítica da economia política, e uma face subjetiva, que exige categorias psicológicas à altura. Ignorar a primeira produz psicologismo, que trata o adoecido como caso clínico isolado; ignorar a segunda produz estruturalismo, que constata a exploração sem explicar sua eficácia íntima. Este trabalho, resultado parcial de pesquisa teórica em desenvolvimento, propõe um quadro categorial capaz de atravessar as duas faces sem reduzir uma à outra.

Enfrentar essa questão exige recusar a aparência do capital digital. O algoritmo que organiza o trabalho, em sentido amplo um procedimento codificado que



transforma dados de entrada em resultados esperados (Gillespie, 2014), não é um dado técnico natural. Ele possui história material: nasce da necessidade do capital de medir e apropriar o trabalho cognitivo coletivo, cristalizando como regra impessoal aquilo que Marx (2011) denominou General Intellect, o conhecimento técnico-científico acumulado historicamente pela humanidade, capaz de separar-se dos trabalhadores individuais e incorporar-se ao capital fixo. Pasquinelli (2023) reconstrói essa genealogia com precisão: antes de ser um artefato da matemática, a máquina de calcular é um artefato da divisão do trabalho, pois o princípio formulado por Babbage no século XIX consistia exatamente em decompor o trabalho mental em operações simples, mensuráveis e baratas para então mecanizá-las. A inteligência artificial contemporânea herda esse princípio: é, em sua gênese, um instrumento de captura e de imitação do trabalho coletivo, e não uma inteligência autônoma (Pasquinelli, 2023). Tomar o algoritmo como evidência técnica é, portanto, incorrer no que Kosík (1976) denomina pseudoconcreticidade, o mundo da práxis utilitária imediata no qual os produtos da atividade humana se autonomizam e se apresentam ao sujeito como realidade natural, dada e independente. Essa inversão, para Lukács (2012), destrói a unidade entre teleologia e causalidade que define o trabalho como ato fundante da ontologia do ser social: o pôr de finalidades, que distingue o agir humano, passa a ser exercido por uma instância que o trabalhador não alcança.

A necessidade de estudar essas dinâmicas impõe-se por três ordens de razões. A primeira é epidemiológica: a expansão acelerada do trabalho plataformizado coincide com o ápice histórico dos afastamentos por transtornos mentais no Brasil, 472.328 em 2024, o maior número da série iniciada em 2014, com a atividade laboral apontada como principal estressor (Ministério da Previdência Social, 2024). Não se trata de fenômeno marginal, e sim de uma questão de saúde pública cuja determinação social permanece subteorizada. A segunda é científica: a tradição crítica em Psicologia do Trabalho no Brasil construiu suas categorias diante dos paradigmas fordista e toyotista, como atestam as contribuições de Enriquez (1974) e de Seligmann-Silva (2011); o fenômeno contemporâneo é posterior a esse corpus e exige sua atualização diante de uma forma historicamente nova (Srniczek, 2016). Sem categorias adequadas, a disciplina tende a importar acriticamente noções gerenciais, como resiliência, adaptação e mentalidade, que convertem a crítica em terapêutica do ajuste e reproduzem o problema que caberia enfrentar. A terceira é ética e política: quando o sofrimento produzido estruturalmente é nomeado como falha individual, o resultado não é apenas o adoecimento de cada sujeito, mas a conversão do antagonismo social em culpa privada e, no limite, em

imobilismo político (Faria, 2004). Nomear corretamente essas dinâmicas é condição para enfrentá-las, e é nesse sentido que a investigação se inscreve no tema deste congresso, a evolução das relações entre educação, trabalho e sociedade.

O objetivo geral do trabalho é analisar como a lógica do capital digital reorganiza o trabalho, o consumo e a sociabilidade, convertendo a estrutura algorítmica em sofrimento para o trabalhador. São objetivos específicos: (a) descrever como a abstração real se efetiva nas práticas cotidianas digitalizadas; (b) identificar os mecanismos de controle político-ideológicos e semióticos que operam o sequestro da subjetividade do trabalhador diante da lógica algorítmica; e (c) caracterizar as manifestações do sofrimento do trabalhador a partir de sua subordinação a essa lógica.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de pesquisa teórico-conceitual, de abordagem qualitativa e procedimento bibliográfico e documental, fundamentada no método materialista histórico-dialético, inserida na Epistemologia Crítica do Concreto (Faria, 2015) e na dialética do concreto (Kosík, 1976). A escolha metodológica decorre da natureza do objeto. O fenômeno investigado apresenta-se inicialmente como pseudoconcreticidade, sob a aparência de neutralidade técnica e de autonomia do trabalhador; um método que permanecesse na descrição do aparente apenas o reproduziria. Para Kosík (1976), a destruição da pseudoconcreticidade exige um desvio: partir do fenômeno tal como se apresenta, negá-lo em sua imediatidade pela mediação teórica e retornar a ele como concreto pensado, síntese de múltiplas determinações. O método dialético permite, assim, reconstruir o fenômeno como totalidade concreta, apreendendo-o em seu movimento contraditório sem dissolver o sujeito na estrutura nem isolá-lo dela (Faria, 2015).

A investigação percorre os três momentos propostos por Faria (2015). Na aproximação precária, dados secundários expõem a aparência do fenômeno no cotidiano do trabalho, do consumo e da sociabilidade: indicadores de trabalho em plataformas (IBGE, 2024), de afastamentos por transtornos mentais (Ministério da Previdência Social, 2024) e de imersão digital (Kemp, 2025). Tais dados entram como concreto aparente a ser problematizado pela interpretação teórica, sem tratamento estatístico. No conhecimento valorizado, a fundamentação reúne o referencial crítico-dialético, que fornece as categorias de análise, e a produção recente sobre o capitalismo digital, levantada nas bases SciELO, Web of Science, Scopus, Portal de Periódicos da CAPES e Google Scholar, com os descritores “capitalismo digital”, “capitalismo de plataforma”, “capital digital”, “trabalho digital”, “uberização” e “lógica



algorítmica”, combinados com “subjetividade”, “sofrimento” e “ideologia”, em publicações de 2015 a 2025.

No terceiro momento, a apropriação pelo pensamento, o objeto é reconstruído em três articulações correspondentes aos objetivos específicos: a estrutura econômica, a operação ideológica e a subjetivação do sofrimento. Os resultados apresentados a seguir correspondem ao estado atual dessa reconstrução, que permanece provisória e aberta ao movimento do real, como exige o método adotado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro resultado da reconstrução teórica diz respeito ao estatuto da abstração no capital digital. Sohn-Rethel (2024) demonstra que a abstração não é prerrogativa do pensamento, mas processo que se realiza no ato da troca. Ao permutar objetos pela moeda, os agentes suspendem na prática o valor de uso das mercadorias e as reduzem à pura equivalência quantitativamente mensurável, ainda que suas mentes estejam ocupadas com as qualidades concretas daquilo que trocam. No ato de troca, o tempo e o espaço concretos são esvaziados de conteúdo, os objetos são postulados como imutáveis durante a transação e a quantidade se sobrepõe a toda qualidade: essa é a abstração da troca, que não nasce na mente, embora tenha a forma do pensamento. Ao operar alguém da consciência e, simultaneamente, estruturá-la, ela cumpre o que o autor nomeia função sociossintética: produz a coesão da sociedade produtora de mercadorias sem que os indivíduos a notem, não pela via do discurso ou da cognição, mas pela dinâmica material da própria troca. O nexos social, nesse quadro, não é pensado antes de ser praticado; é praticado de um modo que passa a organizar o pensável. Disso decorre a tese mais radical de Sohn-Rethel (2024): as próprias categorias do entendimento abstrato têm gênese social na forma da mercadoria, de modo que a crítica da economia política é também uma crítica do conhecimento.

Dolar (2022) adverte, contudo, que Sohn-Rethel restringe a função da abstração à circulação simples de mercadorias e não alcança a fórmula do capital, na qual o valor se converte em sujeito automático do processo, organizando de antemão as condições de toda produção e de toda troca. Nessa esteira, a abstração real opera como extimidade: uma intersecção radical entre o externo e o íntimo, na qual a forma da troca, mesmo exterior ao sujeito, constitui o núcleo estrutural de seu pensamento abstrato (Dolar, 2022). A correção é decisiva para o presente argumento por dois motivos. Primeiro, porque indica que a abstração não espera o encontro contingente do mercado para operar; sob o comando do capital, ela antecede os atos e os formata. Segundo, porque a figura da extimidade desfaz a oposição entre um

dentro psicológico e um fora econômico: o que há de mais íntimo no pensamento do sujeito é habitado por uma forma que não é sua. É exatamente essa topologia que permite formular, sem psicologismo, a pergunta pela eficácia subjetiva da estrutura.

É desse limite que parte a hipótese central aqui sustentada: no capital digital, a função sociossintética deslocou-se da troca mercantil para a infraestrutura digital, que passa a operar como novo mediador irradiado da vida social. A informatização dos atos, do trabalho à sociabilidade, converte-se em modo de reprodução social que subordina a diversidade das experiências concretas a uma lógica abstrata unificada. A abstração real já não depende do encontro no mercado: efetua-se no próprio ato algorítmicamente mediado. Quando um trabalhador aceita uma corrida, quando um consumidor recebe uma recomendação, quando um estudante segue uma trilha de conteúdo, a equivalência que organiza o ato já foi calculada pela plataforma antes que o ato ocorresse. O sujeito suspende sua teleologia, no sentido de Lukács (2012), em favor de um cálculo que não fez e não pode inspecionar. Aí reside o salto qualitativo: o que em Sohn-Rethel era síntese a posteriori da circulação simples converte-se, no capital digital, em arquitetura que antecede e formata cada ato, realizando alguém da consciência aquilo que o valor, como sujeito automático, já organizara de antemão.

Cumpramos ressaltar, sob pena de incorrer em um idealismo tecnológico alheio à crítica da economia política, que esse deslocamento da função sociossintética para a infraestrutura digital não significa a abolição ou a superação da troca de mercadorias. Pelo contrário: a infraestrutura digital erige-se como o espaço-tempo *a priori* no qual a produção, a circulação e a troca se realizam de forma hipermediada e plenamente calculada. A 'extimidade' apontada por Dolar (2022) opera precisamente nessa dobra: a arquitetura cognitiva e prática do trabalhador é moldada e constrangida por essa forma exterior (o código, a métrica, a interface) que se antecipa sistematicamente ao ato concreto. A abstração real converte-se, assim, em uma segunda natureza incontornável que predetermina o pensável e o realizável.

A ontologia de Lukács (2012) permite precisar o que está em jogo nesse deslocamento. O trabalho funda o ser social porque é pôr teleológico: o sujeito antecipa idealmente um fim e mobiliza cadeias causais para realizá-lo. Lukács distingue, porém, os pores teleológicos primários, dirigidos à transformação da natureza, dos pores teleológicos secundários, dirigidos a induzir outros homens a executar determinados pores. A gestão algorítmica é, nessa gramática, uma máquina de pores teleológicos secundários em escala industrial: um sistema que não transforma a natureza,



mas induz, ordena, incita e bloqueia ações de milhões de trabalhadores simultaneamente, sem que o polo indutor seja um sujeito com o qual se possa argumentar. Quando o pôr secundário se automatiza, a relação de comando muda de natureza: o momento ideal da antecipação, que Lukács reserva ao sujeito, foi transferido para o capital fixo. O trabalhador conserva a execução e perde a posição de quem põe fins, ainda que o discurso da plataforma o nomeie empreendedor de si.

Essa expropriação da teleologia primária em favor de pores teleológicos secundários automatizados e opacos fragmenta a unidade ontológica do próprio ato de trabalhar. Quando o momento ideal da antecipação do fim é integralmente subsumido pelo capital fixo, cristalizado no algoritmo, resta ao trabalhador apenas uma execução causal instrumentalizada e despida de autoria. É nessa ruptura profunda entre concepção e ato que reside a raiz ontológica do desgaste mental (Seligmann-Silva, 2011) e do adoecimento contemporâneo. Despossuído de sua condição de agente ativo e transformador do real, o trabalhador é reduzido a um apêndice de um metabolismo que o consome psicofisicamente, impossibilitando que o trabalho cumpra sua função ontológica de humanização e emancipação. O trabalho mesmo que não mediado diretamente como na descrição acima, passa por uma modificação qualitativa devido a lógica generalizada do processo aqui questionado.

O segundo resultado incide sobre a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual. A crescente intelectividade do trabalho contemporâneo poderia sugerir o desaparecimento dessa cisão clássica; sustenta-se aqui o contrário, que ela se deslocou e se radicalizou. Sohn-Rethel (2024) demonstrou que a separação entre trabalho da cabeça e trabalho das mãos nunca foi um dado natural da divisão de tarefas, mas efeito histórico da forma social da mercadoria, que aparta a concepção da execução e reserva a primeira a um grupo social determinado. No capital digital, a cabeça que governa o trabalho vivo já não é um grupo social cindido dos demais: é a forma algorítmica enquanto trabalho intelectual coletivo pretérito, cristalizado em código e apropriado privadamente, que se reproduz em um sistema hermético e autorreferente. O princípio de Babbage descrito por Pasquinelli (2023) completa-se aqui: decomposto, medido e mecanizado, o trabalho mental coletivo retorna aos trabalhadores como potência estranha que os comanda. A separação deixa de distinguir categorias de trabalhadores entre si, manuais de um lado e intelectuais de outro, e passa a alienar o trabalho vivo, qualquer que seja seu grau de intelectividade, da lógica que o comanda. O entregador orientado por rotas calculadas, o motorista avaliado por métricas opacas, o criador de conteúdo submetido ao ranqueamento e mesmo o programador que alimenta sistemas cujo funcionamento global

desconhece executam, todos, ordens de um intelecto que não encontram em nenhum sujeito concreto. A cabeça que trabalha neles não lhes pertence.

Esse deslocamento altera a própria fenomenologia da dominação, e este é um terceiro resultado que merece registro. Antunes (2023) caracteriza o capitalismo de plataforma como uma nova era de desantropomorfização do trabalho: o comando desprende-se de figuras humanas reconhecíveis e assume a forma de metrificação contínua, avaliação por notas, gamificação de metas, bloqueios automáticos e regras que mudam sem aviso e sem justificativa. O comando torna-se ao mesmo tempo onipresente e sem rosto. Diferentemente do capataz fabril ou do gerente toyotista, a instância que ordena não pode ser confrontada, negociada ou responsabilizada: apresenta-se como funcionamento, não como vontade. Essa despersonalização tem consequência direta sobre o conflito. Contra quem se volta o trabalhador cuja conta foi bloqueada por um sistema que ninguém admite controlar? A experiência da injustiça perde o seu endereço, e o antagonismo, sem alvo simbolizável, tende a refluir sobre o próprio sujeito. A dominação sem sujeito identificável é, nesse sentido, uma forma de dominação que já nasce blindada contra a sua contestação, e essa blindagem é parte de sua eficácia.

Convém enfrentar, neste ponto, a objeção previsível da neutralidade técnica: a de que algoritmos seriam meras ferramentas, boas ou más conforme o uso. A objeção repõe exatamente a pseudoconcreticidade que o método se propôs a destruir. Como mostram Gillespie (2014) e Pasquinelli (2023), não existe o algoritmo em geral: existem sistemas concretos, desenhados sob relações sociais determinadas, que incorporam em sua arquitetura os fins de quem os encomenda. A crítica aqui desenvolvida não é tecnofóbica, não recai sobre o código enquanto tal, e sim sobre a forma social que o subsume: o mesmo conhecimento coletivo cristalizado que hoje comanda o trabalho vivo poderia, sob outra forma de organização, servir à sua emancipação. Confundir a crítica da forma com a recusa da técnica seria conceder ao capital digital precisamente aquilo que ele reivindica: o monopólio do futuro tecnológico.

Essas formulações dialogam criticamente com a literatura estrutural disponível. Os estudos sobre uberização e platformização descrevem com precisão a morfologia do fenômeno, mas operam predominantemente no plano da economia política e deixam em aberto as mediações pelas quais a estrutura se converte em experiência (Antunes, 2023; Srnicek, 2016; Fuchs, 2021). É exatamente nesse hiato que o quadro categorial aqui proposto pretende trabalhar. A abstração real fornece o elo entre a forma econômica e a forma da consciência, pois designa um processo



que é simultaneamente objetivo, realizado na prática social, e subjetivo, estruturante do pensamento sem passar por ele. Sem essa categoria, ou algo que cumpra sua função, a análise oscila entre um estruturalismo que dissolve o sujeito e um psicologismo que ignora a estrutura; com ela, torna-se possível perguntar como o sofrimento chega a ser produzido, e não apenas constatar que ele existe.

O quarto resultado articula a operação ideológica que sustenta esse arranjo. Na leitura que Žižek (1992) faz do fetichismo, a ilusão ideológica não se localiza no saber dos sujeitos, mas na sua atividade social efetiva: os homens sabem muito bem o que fazem, e ainda assim o fazem. A ideologia não é falsa consciência a ser corrigida por informação, e sim uma fantasia que estrutura a própria realidade social e se realiza nos atos, antes e independentemente do que os agentes creem. A razão cínica é a forma contemporânea dessa operação, na qual o reconhecimento explícito da exploração convive pacificamente com sua reprodução prática. Há convergência precisa com Sohn-Rethel (2024), para quem a abstração real exige o não saber dos participantes, já que a lógica da troca estrutura a consciência justamente por escapar dela. No capital digital, as duas determinações se somam: o trabalhador que se sabe explorado pela plataforma segue, a cada ato mediado, reproduzindo a forma que o explora, pois a crítica que formula no plano do discurso não alcança o plano da prática, onde a abstração continua operando. O saber não suspende a prática, e a ideologia realiza-se menos no que se pensa do que no que se faz. Disso decorre uma consequência metodológica séria para as ciências do trabalho: pesquisas que aferem apenas percepções e discursos dos trabalhadores podem registrar lucidez crítica generalizada e, ainda assim, perder o essencial, pois a ideologia contemporânea habita os atos, não as opiniões.

Os dispositivos de captura psicossocial traduzem essa estrutura em subjetividade. O conceito de sequestro da subjetividade (Faria e Meneghetti, 2007) equaciona o processo pelo qual o capital se apropria dos elementos subjetivos do trabalhador mediante sedução e identificação, e não apenas mediante coerção. No capital digital, esse processo opera sem um sequestrador identificável: um sistema que gamifica a atividade, produz ilusão de autonomia e converte a exploração em projeto identitário. Transloca-se aqui, para o plano do capital digital, o processo que Villar et al. (2020) mapearam no nível organizacional, no qual táticas de gestão operam o sensebreaking, a destituição deliberada das referências de sentido do sujeito, para que o vazio identitário resultante seja capturado e preenchido pelos significantes da organização. Na dinâmica digital, esse preenchimento é feito pelos significantes da plataforma, e sua lógica perpassa inclusive o trabalho

não plataformizado, na medida em que métricas, rankings e avaliações contínuas se generalizam como gramática de qualquer atividade. Enriquez (1974) fornece o mecanismo psíquico dessa operação: toda organização atua como instância recalcante, instituindo uma linguagem que canaliza os desejos individuais no trabalho eficaz e impõe normas de comportamento a indivíduos que deixam de se interrogar sobre o sentido de sua ação. A matriz descrita por Enriquez, elaborada para a organização de muros visíveis, extrapola no capital digital os limites institucionais e passa a mediar a totalidade do espaço social: a instância recalcante já não é esta ou aquela empresa, mas a infraestrutura que acompanha o sujeito no bolso, do primeiro ao último gesto do dia.

Essa operação assume materialidade semiótica, e aqui reside o quinto resultado. Se a consciência não existe fora dos signos socialmente determinados, como sustenta Volóchinov (2017), então as contradições do capital não pairam sobre a subjetividade: operam dentro dela, no material signico de que a consciência é feita. O signo, para Volóchinov (2017), não apenas reflete a realidade, mas a refrata, e é por natureza multiacentuado: nele se cruzam índices de valor de classes distintas, o que faz do signo a arena da luta de classes. A classe dominante, prossegue o autor, esforça-se por apagar essa multiacentualidade e conferir ao signo um acento único, supraclassista e estável. Os signos com que o trabalho digital se enuncia realizam exatamente essa operação de monoacentuação: parceria nomeia subordinação, performance nomeia intensificação, empreendedorismo de si nomeia a gestão privada da própria precariedade (Gaulejac, 2007). O léxico gerencialista que Gaulejac (2007) descreve como ideologia que dissimula um projeto de dominação sob aparência de neutralidade técnica encontra na plataforma seu veículo mais eficaz, pois ali os signos não são apenas ditos, mas praticados: o aplicativo chama o trabalhador de parceiro no mesmo ato em que lhe bloqueia a conta. A monoacentuação soma-se o que Gaulejac (2007) nomeia quantofrenia, a patologia gerencial que reduz toda qualidade a número: notas, rankings e taxas de aceitação convertem o valor do trabalhador em grandeza contínua e comparável, repetindo no plano semiótico a mesma redução da qualidade à quantidade que a abstração da troca opera no plano econômico. A captura psíquica é, nesse sentido preciso, uma captura pela linguagem, e a disputa pelo nome das coisas é parte constitutiva da disputa pelas coisas. A cabeça que não pertence ao que pensa seu próprio trabalho e socialização, assim o é pois tem diálogo interno (o pensamento verbal) é colonizado pelos signos da Plataforma e performatividade.

O resultado dessa cadeia é o que Sawaia (2011) nomeia sofrimento ético-político: um sofrimento que não é disfunção individual, mas vivência cotidiana das



injustiças e da desqualificação produzidas socialmente, a dor de ser tratado como inferior, descartável e sem valor. A categoria é solidária da tese, também de Sawaia (2011), de que a exclusão contemporânea opera dialeticamente como inclusão perversa: ninguém é simplesmente deixado de fora, todos são incluídos, mas incluídos de modo precário, instável e humilhante, na posição que serve à reprodução do sistema. O trabalho de plataforma é talvez a figura mais acabada dessa inclusão perversa: o trabalhador está dentro, conectado, ativo e avaliado, e é precisamente essa forma de estar dentro que o adoce. Sob a razão cínica do capital digital, esse sofrimento converte-se sistematicamente em vivência de falha pessoal. O trabalhador que adoce sob metas gamificadas e avaliação contínua tende a experimentar o adoecimento como insuficiência própria, como déficit de resiliência ou de mentalidade, e não como efeito de uma relação social determinada. Essa individualização da culpa, que Faria (2004) identifica como operação característica do poder nas organizações capitalistas, encontra lastro empírico no ápice histórico dos afastamentos por transtornos mentais (Ministério da Previdência Social, 2024) e completa o circuito: a estrutura produz o sofrimento, a ideologia o renomeia, e o sujeito o assume como dívida pessoal. As categorias clássicas do desgaste mental no trabalho (Seligmann-Silva, 2011) permanecem indispensáveis, mas precisam ser reposicionadas diante de um regime no qual o desgaste é administrado por sistemas que o produzem e o medem simultaneamente.

Cumprir destacar, por fim, a dimensão formativa dessa cadeia, decisiva para o campo da educação e do trabalho. A mesma infraestrutura que gerencia o trabalho medeia crescentemente a formação: plataformas educacionais, sistemas de recomendação de conteúdo e métricas de engajamento submetem o aprender à mesma lógica de equivalência abstrata que organiza o produzir. Se a abstração real estrutura a consciência alguém dela, a formação de trabalhadores realizada dentro da própria arquitetura algorítmica tende a naturalizar essa arquitetura como horizonte único do pensável, o que ajuda a explicar por que os signos do empreendedorismo de si e da performance encontram tão pouca resistência simbólica entre os que ingressam no mundo do trabalho. A formação convertida em trilha metrificada ensina, antes de qualquer conteúdo, uma forma: a de que aprender é acumular pontuações comparáveis, espelho exato da quantofrenia que organizará a vida laboral. A educação ocupa, nesse quadro, posição ambivalente: pode operar como correia de transmissão da pseudoconcreticidade, quando ensina a usar sistemas sem repor sua gênese, ou como espaço privilegiado de sua desmontagem, quando restitui o caráter histórico e social daquilo que se apresenta como dado técnico, cumprindo no plano pedagógico o mesmo desvio que

o método dialético cumpre no plano teórico. É essa segunda possibilidade que o instrumental categorial aqui proposto pretende municiar, e é ela que justifica tratar educação, trabalho e subjetividade como um único complexo de problemas.

Tomados em conjunto, os resultados parciais delineiam uma cadeia de mediações que responde, no plano teórico, à problemática formulada na introdução. A infraestrutura digital assume a função sociossintética e organiza os atos antes que ocorram, no plano da estrutura econômica. A forma algorítmica, como trabalho intelectual coletivo apropriado, aliena o trabalho vivo da lógica que o comanda, automatiza o pôr teleológico secundário e naturaliza-se pela pseudoconcreticidade, no plano da operação ideológica. Os dispositivos de sequestro da subjetividade, operando por signos monoacentuados e sob uma dominação sem rosto, convertem o antagonismo estrutural em sofrimento ético-político individualizado, no plano da subjetivação. A discussão evidencia que nomear esse sofrimento em sua determinação estrutural, e não como déficit de adaptação ou de mentalidade, é condição para uma Psicologia do Trabalho que não reproduza a lógica de culpabilização que lhe cabe criticar, e é também a razão pela qual essas dinâmicas precisam ser estudadas com urgência e rigor.

CONCLUSÃO

O trabalho apresentou resultados parciais de investigação teórica em desenvolvimento sobre o capital digital e o sofrimento do trabalhador. Quatro proposições sintetizam o percurso. Primeira: a função sociossintética da abstração real deslocou-se da troca mercantil para a infraestrutura digital, que antecede e formata os atos sociais. Segunda: a divisão entre trabalho intelectual e manual não desapareceu, mas se radicalizou, com o algoritmo operando como trabalho intelectual coletivo apropriado pelo capital, que aliena o trabalho vivo da lógica que o comanda e automatiza o pôr teleológico secundário. Terceira: essa dominação assume forma despersonalizada, desantropomorfizada e semioticamente monoacentuada, na qual signos de parceria e de autonomia recobrem relações de subordinação. Quarta: o circuito completa-se na conversão do antagonismo estrutural em sofrimento ético-político individualizado, figura subjetiva da inclusão perversa, lastreada pelo ápice histórico dos afastamentos por transtornos mentais no país.

Dessas proposições decorre a resposta, ainda provisória, à problemática do hiato entre estrutura objetiva e experiência subjetiva: as mediações procuradas encontram-se na abstração real deslocada, na automação do pôr teleológico, nos dispositivos de sequestro da subjetividade e na refração sógnica do trabalho. A reconstrução permanece aberta ao movimento do real, como exige o método adotado.



Como desdobramento desta pesquisa no âmbito do mestrado, na linha de “Educação, Trabalho e Subjetividade”, pretende-se consolidar e aprofundar este quadro categorial, estreitando o diálogo teórico entre a economia política e a psicologia crítica. Longe de propor um modelo estático, o objetivo é estruturar um arcabouço conceitual que acompanhe criticamente o próprio avanço das tecnologias de controle, servindo de apoio para a compreensão das transformações contemporâneas na saúde mental do trabalhador. Espera-se, com isso, contribuir para que o debate sobre educação, trabalho e sociedade em evolução disponha de instrumentos capazes de apreender a forma historicamente nova do capital digital sem naturalizá-la, e de nomear o sofrimento que ela produz sem entregá-lo, mais uma vez, à conta do indivíduo.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meu profundo agradecimento ao Professor Dr. José Henrique de Faria, cuja generosidade intelectual, rigor epistemológico e contribuições teóricas foram indispensáveis para a estruturação e maturação deste trabalho. Agradeço aos organizadores do presente congresso por viabilizar a difusão do projeto e sua continuidade, e com isso ampliando o auxílio para a melhora da minha capacidade escrita e curricular. Estendo meus agradecimentos aos colegas de interlocução acadêmica e aos grupos de pesquisa que propiciaram os debates necessários para o refinamento das categorias aqui apresentadas.

REFERÊNCIAS

- Antunes, R. Uberização do trabalho e capitalismo de plataforma: uma nova era de desantropomorfização do trabalho? *Análise Social*, 58(248), 512-532, 2023.
- Dolar, M. Who baptized Marx, Hegel or Kant? On Alfred Sohn-Rethel and beyond. *Crisis and Critique*, 9(1), 109-135, 2022.
- Enriquez, E. Imaginário social, recalçamento e repressão nas organizações. *Revista Tempo Brasileiro*, 36-37, 53-97, 1974.
- Faria, J. H. de. Economia política do poder (Vol. 2). Juruá, Curitiba, 2004.
- Faria, J. H. de. Epistemologia crítica do concreto e momentos da pesquisa: uma proposição para os estudos organizacionais. *Revista de Administração Mackenzie*, 16(5), 15-40, 2015.
- Faria, J. H. de; Meneghetti, F. K. O sequestro da subjetividade. In: Faria, J. H. de (Org.). *Análise crítica das teorias e práticas organizacionais*. Atlas, São Paulo, 2007. p. 45-67.

Fuchs, C. Digital capitalism: media, communication and society volume three. Routledge, Londres, 2021.

Gaulejac, V. de. Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Ideias & Letras, Aparecida, 2007.

Gillespie, T. The relevance of algorithms. In: Gillespie, T.; Boczkowski, P. J.; Foot, K. A. (Eds.). *Media technologies: essays on communication, materiality, and society*. MIT Press, Cambridge, 2014. p. 167-194.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua: trabalho por meio de plataformas digitais 2024. IBGE, Rio de Janeiro, 2024.

Kemp, S. Digital 2025: Brazil. DataReportal, 2025. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2025-brazil>. Acesso em: 14 jul. 2026.

Kosík, K. Dialética do concreto. 2. ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976.

Lukács, G. Para uma ontologia do ser social (Vol. 1). Boitempo, São Paulo, 2012.

Marx, K. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858. Boitempo, São Paulo, 2011.

Marx, K. O capital: crítica da economia política. Livro II: o processo de circulação do capital. Boitempo, São Paulo, 2014.

Mészáros, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. Boitempo, São Paulo, 2011.

Ministério da Previdência Social. Boletim quadrimestral sobre benefícios por incapacidade. Governo Federal, Brasília, 2024.

Pasquinelli, M. The eye of the master: a social history of artificial intelligence. Verso, Londres, 2023.

Sawaia, B. (Org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 11. ed. Vozes, Petrópolis, 2011.

Schiller, D. Digital capitalism: networking the global market system. MIT Press, Cambridge, 1999.

Seligmann-Silva, E. Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo. Cortez, São Paulo, 2011.

Sohn-Rethel, A. Trabalho intelectual e manual. Boitempo, São Paulo, 2024.

Srnicek, N. Platform capitalism. Polity Press, Cambridge, 2016.



Villar, E. G.; Walger, C. S.; Rese, N. “Eu te quero só pra mim”: o processo de sensebreaking e a ruptura reflexiva da identidade como um momentum para o sequestro da subjetividade. Farol: Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, 7, 707-737, 2020.

Volóchinov, V. Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Editora 34, São Paulo, 2017.

Žižek, S. Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1992.